

POLÍTICA

RACHADINHA

Cassação avança e votação deve ocorrer no fim do primeiro semestre

Denúncia contra Lincoln Fernandes (PL) é alvo de apuração da Câmara e no MP; vereador fala em perseguição política

EDUARDO SCHIAVONI
redacao@jornalribeirao.com.br

O processo de cassação contra o vereador Lincoln Fernandes (PL), acusado de prática de “rachadinha” no gabinete da Câmara de Ribeirão, deve ser concluído até a metade do ano. O próximo passo é entrega da defesa do parlamentar. O início do processo foi aprovado por 20 parlamentares na sessão de 25 de fevereiro e agora tramita por meio de uma comissão processante. O procedimento, considerado mais rigoroso do que a simples atuação do Conselho de Ética, foi instalado pela Câmara no início desta semana e terá até 90 dias para concluir os trabalhos.

A comissão foi definida por sorteio e é presidida pelo vereador Jean Coraucci (PSD), com Judeti Zilli (PT) como relatora e Sargento Lopes (PL) como membro. Ela terá poder para coletar provas, ouvir testemunhas e emitir parecer conclusivo que poderá recomendar a absolvição ou a cassação do mandato de Lincoln Fernandes. A mudança de rito ocorreu após o Conselho de Ética entender que o caso exigia um procedimento com prazos e fases mais amplos.

Paralelamente, Lincoln também é alvo de inquérito da Polícia Civil que investiga as denúncias de rachadinha a partir de relatos de ex-assessores. Esse inquérito serviu de base para subsidiar a

Após boato de busca e apreensão, Lincoln promete caça aos culpados

A defesa do vereador Lincoln Fernandes divulgou nota pública, nesta quarta-feira (4) negando que tenha ocorrido operação de busca e apreensão na residência do parlamentar. A informação circulou nas redes sociais nos últimos dias e, segundo os advogados, não procede.

“É absolutamente falso que tenha ocorrido busca e apreensão na residência do vereador Lincoln” e sustenta que a notícia “não possui qualquer lastro de realidade”.

Os advogados também classificaram a divulgação como parte de uma tentativa de desgaste político. De acordo com a nota, serão adotadas medidas judiciais para apurar a origem da informação e responsabilizar eventuais autores.

comissão na Câmara.

A defesa de Lincoln tem mantido uma postura firme. Em comunicado, os advogados Heráclito e Júlio Mossin qualificaram a denúncia como baseada em “informações inverídicas e flagrantemente falsas” e anunciaram que buscarão responsabilizar quem, segundo eles, estaria utilizando o processo para fins políticos e de desgaste da imagem do parlamentar. Eles também reiteraram que fatos semelhantes já teriam sido investigados anteriormente e



Lincoln Fernandes, vereador pelo PL, em seu gabinete: suspeita de rachadinha

Investigação deve atingir outros vereadores, diz defesa

A investigação da denúncia de rachadinha contra Lincoln Fernandes (PL) pode atingir ao menos dois vereadores em exercício e dois ex-parlamentares. A defesa sustenta que acusações semelhantes às atuais já foram apuradas anteriormente pelo Ministério Público e arquivadas por falta de provas, em inquérito que ouviu assessores — alguns deles com versões divergentes das apresentadas agora.

Segundo o advogado Júlio Mossin, responsável pela defesa técnica, a nova apuração inevitavelmente alcançará os demais citados no procedimento anterior. “Todos foram investigados e ouvidos no mesmo inquérito que acabou arquivado”, afirmou.

Lincoln é alvo de processo de cassação na Câmara sob acusação de exigir parte dos salários de assessores. A abertura foi aprovada por unanimidade, com 20 votos

favoráveis. Paralelamente, o MP instaurou novo inquérito após ao menos cinco ex-assessores se manifestarem publicamente.

No procedimento anterior também foram investigados Maurício Gasparini (União Brasil), Igor Oliveira (MDB) e os ex-veredores Bertinho Scadiuzzi e Sérgio Zerbinato. À época, o MP limitou-se à oitiva de assessores e arquivou o caso por ausência de elementos adicionais.

DENÚNCIA

Esquerdogata virá ré por injúria racial contra PMs

WALTER DUARTE
redacao@jornalribeirao.com.br

A Justiça de Ribeirão aceitou a denúncia apresentada pelo Ministério Público e tornou ré a professora e influenciadora digital Aline Bardy Dutra, conhecida como “Esquerdogata”, pelos crimes de injúria racial, desacato e resistência. Somadas, as penas máximas superam os dez anos de prisão.

A acusação foi oferecida com base em inquérito conduzido pela Polícia Civil após a prisão da influenciadora, em outubro do ano passado. Com

o recebimento da denúncia pelo Judiciário, o caso passa a tramitar como ação penal.

Aline foi detida após uma confusão com dois policiais militares durante uma fiscalização de trânsito na região central da cidade. Segundo o Ministério Público, ela questionou a abordagem de uma pessoa negra e, em seguida, teria ofendido um dos agentes com conteúdo de cunho racial.

Segundo a denúncia, Aline afirmou que os policiais “só abordavam pessoas pretas” e disse, ao olhar para um dos policiais, “em tom racista: ‘um

preto fodendo outro preto””. Ainda conforme a acusação, a influenciadora teria desacatado os policiais com xingamentos e debochado da condição salarial dos servidores.

Durante o inquérito, Aline optou por permanecer em silêncio. Nas redes sociais, negou a prática de injúria racial, mas admitiu ter desacatado os agentes. A defesa alegou, ainda, que a influenciadora enfrentava problemas relacionados ao consumo de álcool e solicitou a realização de perícia para avaliação de sanidade mental.



Aline Bardy Dutra, a influenciadora esquerdogata